

**Lugar e memória: sobre a preservação e tombamento de  
Redenção e Natividade da Serra**

*Place and Memory: of the preservation and tipping of,  
Redemption and Nativity of the Serra*

Valéria Regina ZANETTI<sup>1</sup>  
Débora Antunes PEREIRA<sup>2</sup>  
Maria Aparecida PAPALI<sup>3</sup>  
Lidiane Maria MACIEL<sup>4</sup>

**Resumo**

Propõe-se discutir a memória dos lugares à luz dos conceitos de tombamento, patrimônio histórico e de memória, com base na história de duas cidades brasileiras do Vale do Paraíba paulista, submersas na década de 1970 para acomodar a barragem Paraibuna/Paraitinga. O filme *Narradores de Javé*, que retrata o mesmo evento no interior da Bahia, será utilizado como tecnologia auxiliar da História para tratar dos conceitos acima e discutir as narrativas acerca das memórias desses espaços traçados a partir de seus destinos compartilhados. A correlação entre ficção e realidade se constituem como quadros sociais de inspiração para evocar a reflexão acerca da memória e do patrimônio, como constituição e consolidação da história dos espaços.

**Palavras-chave:** História. Memória. Esquecimento. Patrimônio Histórico.

**Abstract**

This article proposes to discuss the memory of places in the light of the concepts of tipping, historical heritage and memory, based on the history of two Brazilian cities in the Paraíba Valley of São Paulo, submerged in the 1970s to accommodate the Paraibuna/Paraitinga dam. The film *Narradores de Javé*, which portrays the same event in the interior of Bahia, will be used as an auxiliary technology of History to deal with the above concepts and discuss the narratives about the memories of these spaces traced from their shared destinations. The correlation between Fiction and reality constituted

---

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [vzanetti@univap.br](mailto:vzanetti@univap.br)

<sup>2</sup> Mestranda em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [deborah08@gmail.com](mailto:deborah08@gmail.com)

<sup>3</sup> Doutora em História Social pela PUC/SP. Professora do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [papali@univap.br](mailto:papali@univap.br)

<sup>4</sup> Pós-doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Faculdade de Educação e Arte, e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Urbano, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP). E-mail: [lidiane@univap.br](mailto:lidiane@univap.br)

as social frameworks of inspiration to evoke reflection about memory, important for the constitution and consolidation of the history of spaces.

**Keywords:** History. Memory. Forgetfulness. Historical Heritage.

## Introdução

Propõe-se estabelecer um diálogo entre passado e presente, mudança e permanência, tendo como base a história das cidades brasileiras de Natividade e Redenção da Serra, situadas no Vale do Paraíba Paulista, inundadas na década de 1970, para instalação de usina hidrelétrica. Objetiva-se comparar a história dessas duas cidades com a da vila de “Narradores de Javé”, filme dirigido e produzido por Elliane Caffé (2003), utilizando-o como suporte para discutir o patrimônio e reafirmar as formas de se lidar com o passado e com o legado da memória social.

A questão do patrimônio cultural e histórico se tornou a chave de condução das reflexões e o elo para o debate dos diferentes meios e caminhos que conduzem à patrimonialização ou não de um bem histórico. Propõe-se responder às seguintes questões mediadas pelo tempo histórico da década de 1970 e da atualidade: Quais os critérios determinados pelos órgãos de defesa do Patrimônio para o tombamento e para a preservação? O tombamento é um ato autocrático ou resguarda e garante os direitos e interesses do conjunto da sociedade?

O filme retrata o esforço dos moradores do pequeno vilarejo de Javé, situado no Vale de mesmo nome, no sertão baiano, que corre o risco de ser inundado pela construção de uma barragem. Certos de que a única esperança de manter aquele pequeno vilarejo preservado seria resgatar o seu valor histórico, os moradores, que até então desprezavam a origem fundadora do lugar, partem para a reconstituição da sua história, pautada, basicamente, na oralidade.

Na ausência da história escrita, os depoimentos dos moradores vão reconstruindo narrativas particulares de múltiplas histórias, recolhidas pelo único morador que sabia ler e escrever, um antigo carteiro<sup>5</sup> que, para justificar sua profissão e aumentar o fluxo de correspondências do posto dos Correios, tinha o costume de ler as correspondências

---

<sup>5</sup> O carteiro de Javé foi inspirado na história verdadeira de Pedro Cordeiro Braga contada no livro "O Artesão da Memória", da semióloga Maria Lúcia Felinto

e utilizá-las como meio para escrever cartas endereçadas aos moradores, no intuito de difamá-los.

Na busca pela reconstituição da história fundacional, cada morador relatava, à sua maneira, a história da cidade, fazendo aparecer vários fundadores e, com eles, fabulosas histórias. O carteiro difamador, incumbido da difícil missão de relatar a fundação do Vale de Javé, detentor do destino da vila por ser o único que sabia escrever, ao se deparar com as diferentes versões da fundação da vila, não consegue construir uma história verossímil que impedisse a inundação do lugar.

Destruída pelo esquecimento, pela ausência, ou mesmo pelo excesso de memória social, produto dos diferentes testemunhos, a história de Javé nos permite perceber a tensão entre escrita, história e memória; uma vez que essas questões impõem o tríplice problema do tempo, do espaço e do homem como constitutivos da memória social.

Assim como Javé, as cidades do Vale do Paraíba paulista de Redenção da Serra e Natividade da Serra foram submersas na década de 1970. Buscou-se traçar um paralelo entre ficção e realidade, tendo como objetivo discutir a preservação do patrimônio sob diferentes perspectivas. Evidencia-se que, apesar dos bens históricos carregarem significados e se firmarem além do valor material e estético, conservando elementos da história do lugar e de sua população, mesmo assim, onde imperar a ideia de desenvolvimento e “progresso” a todo custo, há de se firmar a ruptura das experiências e memórias sociais de uns para triunfo e sobreposição de outras memórias.

O artigo está estruturado em quatro seções, seguidas das referências bibliográficas. Na primeira, apresenta-se a metodologia, amparada no cinema como fonte histórica. A segunda seção traz brevemente a sinopse do filme *Narradores de Javé*, dispositivo que nos conduziu às reflexões que interpõem esse texto. A terceira seção trata da questão do patrimônio e da memória que permeia a história dos dois municípios inundados para acomodar usinas hidrelétricas, na década de 1970: Redenção da Serra e Natividade da Serra. Por fim, segue-se uma síntese das três histórias, que culmina na reflexão do sentido que damos ao passado e à memória social, sustentada na reflexão sobre o sentido da patrimonialização de um bem, seja ele material ou imaterial.

---

(<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq2912199917.htm>).

## Cinema e História: uma relação possível

A historiografia tem mostrado, desde a primeira metade do século XX, as múltiplas potencialidades do cinema como fonte para o estudo da história. A utilização do filme como objeto de análise para o historiador permite entender a produção ficcional não como algo descolado da realidade histórica, mas como produto da própria história e, como todo produto, “um excelente meio para a observação do lugar que o produz, isto é, a sociedade que o contextualiza, que define a sua própria linguagem possível, que estabelece os seus fazeres, que institui as suas temáticas” (BARROS, 2007). Nesse sentido, esclarece José D’Assunção Barros (2007, p. 134):

Qualquer obra cinematográfica – seja um documentário ou uma pura ficção – é sempre portadora de retratos, de marcas e de indícios significativos da sociedade que a produziu. É neste sentido que as obras cinematográficas devem ser tratadas pelo historiador, como fontes históricas significativas para o estudo das sociedades que produzem filmes, o que inclui todos os gêneros fílmicos possíveis. A mais fantasiosa obra cinematográfica de ficção traz por detrás de si ideologias, imaginários, relações de poder, padrões de cultura.

A relação entre Cinema e História deve vir ancorada na compreensão de que

o filme, pretenda ele ser imagem ou não da realidade, e enquadre-se dentro de um dos gêneros documentários ou dentro de um dos gêneros de ficção é, em todos estes casos, História. Não importa se o filme pretende ser um retrato, uma intriga autêntica, ou pura invenção, sempre ele será produzido dentro da História e sujeito às dimensões sociais e culturais que decorrem da História (BARROS, 2007, p. 137).

Por mais ficcional que seja, o filme é entendido como uma leitura da realidade social e histórica, uma expressão da sociedade que o produziu. Marc Ferro (1992), precursor da relação entre Cinema e História, compreendeu a importância do cinema como veículo de comunicação, de difusão de imposição de ideias, de ideologias e de representação de uma dada realidade. Sobre a vinculação entre cinema e imaginário ou representação, Marc Ferro (1976, p. 203) é tácito em afirmar que “aquilo que não se realizou, as crenças, as intenções, o imaginário do homem, é tanto a História quanto a História”.

O estudo também se pautou nos princípios da história indiciária, como proposto por Carlo Ginzburg (1989), que consiste no rastreamento de sinais, indícios, signos que

remetem a algum evento. Uma vez que foram escassos os registros acerca da história de Redenção e Natividade da Serra, municípios que deixaram de existir para acomodar as usinas hidrelétricas na década de 1970, o estudo desse passado torna-se, portanto, desafiador. No entanto, apesar dessa evidência, a história indiciária desses dois municípios é suficiente para propor um debate sobre a patrimonialização de um bem imaterial pela via horizontal, pelos membros dos grupos que, na correspondência do deslocamento, mantiveram suas práticas culturais. O patrimônio imaterial, produto da relação do sujeito com o antigo espaço, passou a representar a síntese do grupo, como meio de preservação da sua própria existência. A história indiciária pressupõe que, onde existir a presença humana, ali tem história (BLOCH, 2001) e que qualquer indício se torna objeto de complementação de uma narrativa.

Para a elaboração desse artigo, contou-se com informações que compõe as páginas do sítio da administração pública dos municípios de Redenção e Natividade da Serra. Também se valeu de algumas imagens antigas, bem como de mapa referencial. No entanto, a fonte mais utilizada foi a memória social, produto permanente da ação de transposição dos espaços e da desterritorialização, materializada nos objetos e artefatos, que compõem o patrimônio imaterial. Entendida como capital cultural do grupo deslocado, a manutenção das práticas culturais antigas e dos objetos, fruto dessa ação, que resistiram e permaneceram como referência no novo espaço, desvelam as representações simbólicas que davam amálgama à manutenção do grupo enquanto uma comunidade. Entende-se comunidade no sentido defendido por Z. Bauman (2003, p. 129), como grupo de sujeitos “convocados (...) a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas” procurando “salvação individual de problemas compartilhados”, como meio para sua própria autopreservação.

### **Narradores de Javé, um dispositivo para a reflexão do que vem a ser patrimônio**

Como Narradores de Javé será nossa base para discussão nesse artigo, começemos por ele. Esse longa metragem, de 100m de duração, produzido por Elianne Caffé e Vânia Catani em 2003 trata, de forma humorada, o drama da memória. O filme tem início com a triste notícia que chega ao vilarejo que ele seria inundado para dar lugar à construção de uma grande hidrelétrica. A trama se desenrola com os inúmeros e divergentes depoimentos dos moradores que tentam, a todo custo, levantar a memória

do lugar, única forma de evitar a sua inundação. Vencidos e desolados pelo projeto da grande barragem, os moradores acabam por presenciarem, enternecidos, as águas da represa dominarem o espaço. As memórias sociais e as experiências coletivas construídas ali passavam, a partir da chegada das águas, a ser expressão constitutiva da memória de quem tinha partilhado da origem daquela história.

A única forma de salvar o povoado consistia em comprovar a importância histórica do lugar de forma “científica”, ou seja, comum a todos os moradores e, de forma significativa, comprovar que aquele vilarejo, ou os elementos de sua composição, eram um patrimônio. A comprovação do povoado como patrimônio histórico era condição para rever os planos de represamento ou então o deslocamento da comunidade para um outro espaço.

Mas aquela população simples era composta de pessoas que não sabiam ler ou escrever e que tinham, na oralidade dos membros mais antigos, a memória do lugar. Inúmeras foram as tentativas de buscar a história da origem do povoado como meio de torná-lo patrimônio e evitar que fosse inundado até se atribuir a função ao carteiro, malvisto pela população por ter o hábito de ler as cartas dos moradores e, por meio de correspondências fictícias, espalhar calúnias e difamações.

Mesmo com má reputação, ao carteiro foi arrogada a responsabilidade de coletar os relatos dos moradores e de escrever uma história verossímil. Aparentemente fácil, a missão foi se tornando quase impossível. Na busca da história fundacional, não só vão aparecendo as contradições das narrativas, como nenhuma comprovação dos relatos foi apresentada. O monopólio da escrita, bem como as contradições das múltiplas narrativas dos moradores deu, ao carteiro, poder para construir a sua própria versão sobre o vilarejo. Evidentemente, a falsa história construída individualmente pelo carteiro e a falta de compartilhamento daquela história, não evitou que aquele Vale fosse inundado em nome do “progresso”<sup>6</sup>.

Em Javé, cada morador daquele vilarejo carregava, na sua individualidade, a imagem absoluta do lugar, com seus respectivos sistemas de valores. Chamados a recompor uma história social, as individualidades se impõem como campos de

---

<sup>6</sup> O termo progresso está grafado com aspas por se entender que não significa, nem pode significar, progresso igual e simultâneo para todos. Esse termo, comumente associado tanto a bens materiais quanto ao conhecimento científico, ou à capacidade de dominar, transformar e utilizar o meio ambiente, no sentido tecnológico, é aqui associado ao questionamento que se faz de progresso e avanço mais em termos de organização social, em prol do domínio do meio social, do que do domínio tecnológico. É

disputas que, não só impedem a construção de uma história comum que oficializasse as múltiplas experiências vividas no lugar, como promoveu o caminho para o esquecimento. Mal sabiam eles que não se constrói história sem memória e vice-versa. A questão é que as histórias particulares e individualizadas daqueles moradores não foram suficientes para se construir uma memória socialmente construída a ponto do vilarejo se tornar um patrimônio. Segundo Beatriz Sarlo (2007, p. 9), o passado “é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança”.

Para refletirmos sobre a preservação de um bem material, imaterial, arquitetônico, paisagístico, ambiental, cultural e histórico, deve-se levar em conta o porquê se transforma algo em patrimônio. Certamente, o *status* de patrimônio é dado a um bem a partir do sentido que ele passa a ter para a sociedade que o elegeu. O patrimônio, portanto, é algo de importância que guarda elementos da cultura e da história representativas de uma sociedade, seja em âmbito local, regional, nacional ou mundial.

No Brasil, o conceito de patrimônio cultural foi ampliado com a Constituição Federal (CF) de 1988, ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e, também, imaterial (BRASIL, CF, 1988). O patrimônio imaterial, relacionado aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser e de falar das pessoas, são vistos como portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, Decreto Nº 3.551, 2000).

A memória, nesse sentido, passa a ser um elemento de referência para a continuidade histórica do bem cultural. Mesmo individual, a memória está sempre interpenetrada pela memória coletiva ou social e, esta, por sua vez, está sempre ligada ao espaço, ao lugar, como fonte de constante renovação (HALBWACHS, 1950).

Um bem cultural, segundo Carsalade (2015), “é a substância concreta da coisa dotada de significado patrimonial e que integra o rol do patrimônio coletivo, herança selecionada por um povo para o referenciar e constituir um conjunto que atravessa a temporalidade de suas gerações” (CARSALADE, 2015, p.1). Inerente ao conceito de bem, a valorização subjetiva e seu compartilhamento são aspectos da dimensão simbólica. É nesse sentido que a Declaração de Quebec, em 2008, assinada pelo

---

nesse sentido que concordamos com Edward Hallet Carr (1996, p. 73) quando indaga: “Não terá a evolução do homem como ser social se atrasado fatalmente em relação ao progresso da tecnologia?”.

ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), recomendou a preservação do *spiritu loci*, ou seja, a proteção do patrimônio tangível e intangível, que passava a incluir, a partir daí, o espírito do lugar, isto é, sua essência de vida, social e espiritual.

Passava-se a admitir que os objetos e os lugares são expressões da natureza indivisível do patrimônio tangível e intangível e que são carregados de significados, valores e contexto social. O espírito do lugar é definido por meio dos elementos tangíveis e intangíveis, compreendendo memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar (ICOMOS, 2008).

Como a sociedade está em franco processo de transformação, assim são os conceitos e formas que a definem. É por isso que, por exemplo, o conceito de patrimônio tem sido revisitado a cada movimento dessa transformação. A primeira vez que a questão do patrimônio foi tratada no Brasil foi em 1937, pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro, instituído pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) - substituído pelo IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Nacional), em 1994.

Até então, a institucionalidade do patrimônio se dava pela via vertical, promovida e imposta pelo Estado. Na atual Constituição Federal de 1988, a definição de patrimônio, segundo o Art. 206, é ampliado ao se considerar “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, CF, 1988).

Se, por um lado, a manutenção das referências comuns aos membros de grupo propicia a coesão social, elas, por outro lado, não são consideradas quando esbarram nos interesses do Estado. Antônio Albino Canela Rubim (2007), a partir de um estudo histórico, de 1930 à atualidade, atrela a história das políticas culturais brasileiras às expressões como ausência, autoritarismo e instabilidade. O presente estudo reafirma a teoria de Rubim e abre perspectivas para reflexão no campo da preservação de bens históricos culturais em áreas de interesse do governo.

## Sobre patrimônio e memória em Redenção da Serra e Natividade da Serra

Essa seção traz um pouco da memória histórica dos dois municípios inundados, a fim de tratá-los como patrimônios, que portam significados e valores. Com formas próprias que davam significado ao lugar pela expressão, pelos modos de fazer, de viver e de criar, Redenção e Natividade da Serra registram saberes, definidos como os conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. Envoltos em uma dimensão simbólica, a memória que se tem daqueles espaços serve como campo para a reprodução de práticas culturais coletivas e perpetuação do passado que as águas inundaram.

Sobre a origem de Redenção da Serra, reza a lenda que o casal fundador, o Capitão-Mor Francisco Ferraz de Araújo e sua esposa foram enviados para o vale do Paraíba, no Estado de São Paulo, a fim de explorar novas terras e acabou por promover a expansão cafeeira na região no início do século XIX (CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA). O casal teria se fixado às margens do rio Paraitinga, próximo onde havia uma cruz em que um escravo havia morrido e, por ali, enterrado. À volta daquela cruz, começou a se fixar um aglomerado de pessoas que trouxeram, consigo, a técnica de produção de linho. Consolidado, anos depois, aquele agrupamento se tornou uma paróquia com nome de Santa Cruz do Paiolinho.

O nome do povoado foi alterado para Redenção da Serra quando, em 1877, conquistou sua emancipação do município de Taubaté, possivelmente por conta de movimentos abolicionistas naquela Vila. Esse fato demonstra a importância de Redenção da Serra para a história nacional no pioneirismo do movimento da abolição da escravidão. A Lei Estadual N° 500/2011 aprova o projeto que dá o título à Redenção da Serra de “Berço da Liberdade Paulista” (figura 2).

Figura 2: Redenção da Serra antiga.



Fonte: Acervo de Maria Helena da Silva.

Assim como Redenção da Serra, Natividade da Serra tem seu início vinculado a um grande fazendeiro, vindo da região onde hoje é o município de Paraibuna que, atrás de um escravo fugido, se deparou com a planície e se encantou com o lugar, resolvendo alterar a sede de sua fazenda para lá. Em 1858, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia e, em 1863, se transformou em Vila. No entanto, em 1935, voltou a pertencer ao município de Paraibuna. Atualmente, está na condição de comarca de Paraibuna (PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA).

No fim do século XIX e meados do XX, os planos governamentais de Getúlio Vargas promoveram iniciativas para a industrialização que demandaram uma base energética nacional, estimulada pela construção de hidrelétricas. As justificativas para construção da barragem, além da necessidade de ampliar a produção de energia, era evitar as enchentes que ocorriam na cidade de Paraibuna, com as cheias do Rio Paraibuna, e a falta d'água nos períodos da seca no Vale do Paraíba Fluminense (KÜHL, 1995). A literatura levantada não menciona acerca da perda dos patrimônios desses lugares nem tampouco das pessoas transferidas daqueles lugares. Isso demonstra o que Haesbaert chama de desterritorialização “Na sociedade contemporânea, com toda sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização” (HAESBAERT, 2006, p. 67).

A antiga Igreja Matriz de Santa Cruz, na cidade de Redenção da Serra, não foi destruída, por estar em lugar mais elevado, onde as águas não alcançavam (figura 1). Porém, a Igreja acabou abandonada, por ficar distante das novas moradias de seus fiéis.

Dispersos pela região, os moradores foram atraídos para o centro de Paraibuna, São José dos Campos e para as novas cidades de Redenção da Serra e Natividade da Serra. Considerada patrimônio, a Igreja Matriz de Redenção da Serra foi tombada pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) em 1982 (Prefeitura Municipal de Natividade da Serra).

Figura 2: Distância entre a antiga e a nova Redenção da Serra



Fonte: Acervo de Maria Helena da Silva

Figura 3: Redenção inundada pelas águas da represa.



Fonte: Acervo pessoal de Maria Helena da Silva.

Outro patrimônio da cidade, a usina têxtil Félix Guisard, construída em 1953, foi apontada por diversos autores como marco da modernização do Vale do Paraíba. Pelo tamanho do empreendimento, essa usina acabou por fornecer energia para as cidades de Ubatuba, São Luiz do Paraitinga, Redenção da Serra e Taubaté (KÜHL, 1995). Em 1973, a usina foi desativada e suas máquinas conservadas pela CESP (Companhia Energética de São Paulo) (KÜHL, 1995).

No periódico de Paraibuna de agosto de 1983, há o seguinte texto em relação ao município de Natividade da Serra com o título de “Nos dez anos de vida nova, a saudade do passado”:

Para a alegria de alguns e tristeza de muitos, já no dia 10 (de agosto) de manhã a cidade começou os trabalhos de demolição de suas centenárias construções coloniais. Assim a cidade foi nascendo lentamente, com as pessoas construindo um cômodo e desmanchando sua casa na cidade velha. Com uma grande tromba d'água de 15 de janeiro de 1974, todos foram obrigados a apressarem a mudança, pois a prefeitura não tinha condições de gastar dinheiro na velha, uma vez que estava investindo tudo na nova (FARIA, 1983).

Não há registros oficiais sobre como foi a abordagem dos moradores sobre a inundação ou o esvaziamento do lugar. Ao longo dos 14 anos de construção da represa (1964 a 1978), a futura inundação foi noticiada sem dar grandes opções para os moradores, concedendo, a alguns, uma indenização pelo terreno e a oportunidade de retirarem seus pertences e partirem (figura 4).

O reservatório de Paraibuna-Paraitinga foi iniciado em 1964 e concluído em 1977. Sua área inundada é de 206 Km<sup>2</sup>, com um perímetro de 800 quilômetros, ocupando território dos municípios de Paraibuna, Redenção da Serra e Natividade da Serra (KÜHL, 1995, p. 52).

Figura 4: Antiga Matriz de Natividade da Serra (a direita) e o espaço abandonado.



Fonte: Arquivo Pessoal/Maria Helena Ribeiro.

Natividade da Serra foi a cidade mais devastada pela inundação. Os rios represados são o Paraibuna e o Paraitinga, onde hoje se forma o rio Paraíba do Sul dentro deste represamento (figura 5).

Figura 5: Encontro dos rios Paraibuna com o Paraitinga.



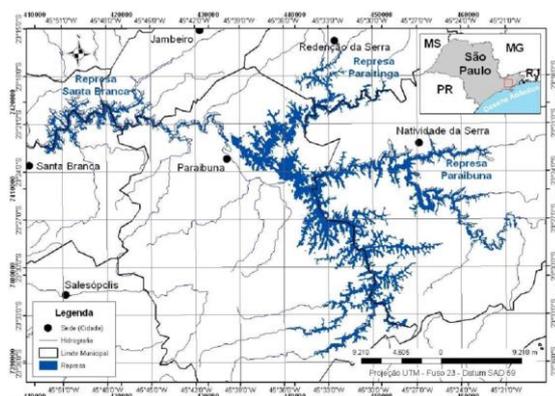
Fonte: Centro de Memória Paraibuna-SP

A Figura 5 mostra o antigo lugar de encontro dos rios Paraibuna com o Paraitinga, lugar próximo ao atual centro da cidade de Paraibuna-SP. Isso causou alguns danos para o ambiente, como a destruição de ecossistemas. Por conta do represamento dos rios, a Piracema, período de reprodução de peixes e de seus deslocamentos para as nascentes dos rios ou águas rasas para desovar, não existe mais.

Houve preocupação em relação ao meio ambiente, algo positivo ao lembrar que as leis cobravam a este órgão a manutenção ambiental e a preocupação dos possíveis danos ao meio ambiente com a construção de um represamento deste porte. Porém, também havia leis em relação aos patrimônios.

A figura 6 traz as localidades dos represamentos, dando assim para visualizar a extensão do território que abrange as águas e onde se situam as atuais cidades de Redenção da Serra e Natividade da Serra após a inundação.

Figura 6: Localização das represas de Santa Branca, Paraibuna e Paraitinga



Fonte: Adaptado de IBAMA (2008), IBGE (2008), PDI.

O relatório da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, produzido pela AGEVAP (2007, p.19), traz os núcleos urbanos atingidos pelo enchimento do reservatório:

Natividade da Serra foi totalmente submersa e Redenção da Serra foi parcialmente submersa, mantendo-se algumas construções, como a igreja, sede da prefeitura e edificações diversas acima da cota máxima, resultando numa perda de quase 70% de seus equipamentos. Estas cidades foram relocadas para sítios próximos, em locais escolhidos pela própria população (Tabela 1).

Tabela 1: Áreas alagadas e propriedade afetadas com a instalação da usina nos municípios de Paraibuna, Natividade da Serra e Redenção da Serra

Município	Área total (km <sup>2</sup> )	Área alagada (km <sup>2</sup> )	%	Nº de propriedades afetadas
Paraibuna	735	70	9,5	279
Natividade da Serra	848	120	14,2	645
Redenção da Serra	317	20	6,3	345
<b>Total</b>	<b>1.900</b>	<b>210</b>	<b>11,1</b>	<b>1.269</b>

Fonte: AGEVAP, 2007, p. 19.

Com relação aos prejuízos ao Patrimônio Histórico e Cultural, o relatório da AGEVAP (2007, p. 20) destacou:

a Igreja e o prédio da Prefeitura de Redenção da Serra que, por suas características, tinham valor histórico e arquitetônico, e a Usina Félix Guisard, que fornecia energia elétrica à região, foi inundada. Quanto ao patrimônio cultural, foi inundado totalmente o cemitério de Natividade da Serra e, parcialmente, o de Redenção.

A tabela 2 traz o resumo dos principais impactos ambientais do empreendimento sobre a natureza e sobre a sociedade, elaborado pela AGEVAP (2007). Além da desorganização regional, o relatório apresenta os prejuízos históricos e culturais:

Tabela 2: Impactos ambientais e sociais provocados pela instalação da Usina hidrelétrica de Paraibuna.

Impactos sobre a natureza	Impactos sobre a sociedade
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Escorregamento de encostas marginais;</li> <li>• Mineração de pedra, solo e areia p/ construção do empreendimento;</li> <li>• Perda de 210 km<sup>2</sup> de terras;</li> <li>• Desaparecimento de importantes habitats;</li> <li>• Perda de áreas úmidas;</li> <li>• Prejuízos aos ecossistemas aquáticos com a transformação do ambiente lótico em lântico e pelo barramento dos rios, impedindo a migração das espécies reofilicas;</li> <li>• Inundação de remanescentes de matas nativas;</li> <li>• Inundação de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desorganização regional;</li> <li>• Redução da pecuária leiteira;</li> <li>• Inundação de núcleos urbanos Interrupção de acessos rodoviários;</li> <li>• Prejuízos ao patrimônio histórico e cultural e inundação da usina Félix Guisard;</li> <li>• Interferência na infra-estrutura de energia e de telecomunicações;</li> <li>• Diminuição da população residente e perda de atividades produtivas;</li> <li>• Promoção do Uso Múltiplo do reservatório, possibilitando atividades de abastecimento público, irrigação, navegação e pesca esportiva, turismo e lazer e aquicultura (tanques-rede).</li> </ul>

Fonte: AGEVAP, 2007, p.16.

Em 1978, depois de várias negociações, o Condephaat conseguiu tomar a Igreja Matriz e outros componentes arquitetônicos remanescentes no Município de Redenção da Serra. No entanto, de acordo com o Relatório da AGEVAP (2007), apesar da restauração e manutenção da Igreja de Redenção da Serra pela CESP, tombada pelo Condephaat, a Igreja e o prédio da Prefeitura permaneceram ociosos e relativamente distantes da nova Redenção.

Algumas de suas tradições são comemoradas todos os anos em festividades locais. Em Redenção da Serra, é tradição servir o afogado, prato típico da região (figura 8), como é comum o Moçambique, a Folia de Reis (figura 9) e demais danças folclóricas (COSTA, 2008, p.16).

Figura 8: Afogado em Redenção da Serra.



Fonte: Acervo pessoal de André Bazzanella.

Figura 9: Folia de Reis em Redenção da Serra



Fonte: Acervo pessoal de André Bazzanella.

Segundo Jacques Le Goff (1996), as sociedades se vinculam ao passado, muito embora as mudanças sejam inevitáveis. Le Goff (1996) afirma que nem as sociedades mais tradicionais, como as camponesas, são tão estáticas como se julga. Segundo o autor “o passado só é rejeitado quando a inovação é considerada inevitável e

socialmente desejável” (LE GOFF, 1996, p. 213). De qualquer forma, o passado é sempre uma “dimensão permanente da consciência humana, uma componente obrigatória das instituições, valores e outros elementos constitutivos da sociedade humana” (HOBSBAWN, 1998, p. 9). Cabe a nós analisar a natureza deste “sentido do passado” na sociedade e de como descrever as suas mudanças e transformações.

Se antes, o Tombamento era prática do exercício do Estado, imposto de forma vertical, atualmente, o Tombamento deixou de ser uma ação autoritária, uma vez que sua aplicação é executada por representantes da sociedade civil, sendo consultado um Conselho do Patrimônio Cultural composto de representantes das várias dimensões sociais e de órgãos públicos com poderes estabelecidos pela legislação. Avançamos na elaboração das políticas patrimoniais, no entanto, falta avançarmos na prática e exercício dessas normativas.

### **Sobre histórias inundadas: uma síntese**

Nesse artigo, traçou-se comparação entre o roteiro do filme “Narradores de Javé” e a inundação das cidades de Redenção e Natividade da Serra. Utilizado como instrumento para a mediação na transmissão do conhecimento histórico, o filme foi examinado a partir das visões de mundo historicamente localizadas sobre o patrimônio no nível da produção do sentido.

A tentativa dos moradores de Javé em salvar aquele Vale, por meio de bases históricas comprovadas, seria justificada pela importância e relevância do lugar, carregado do espírito e alma da comunidade. Nessa fonte, os personagens não conseguiram salvar o vale pela disputa de memórias particulares, incapazes de se organizarem em uma história comum e por não terem levantado comprovações históricas suficientes do sentido do lugar. Sob o suporte da memória daquele vale escondia a definição do tempo, amálgama dos quadros de referência das múltiplas tramas da existência social, inábil ao sintetizar as infinitas representações particulares daquele espaço.

Mas, quando pensamos em Natividade da Serra e Redenção da Serra, indaga-se se o destino desses municípios seria outro, se fosse concedida, aos moradores, a oportunidade de levantarem as informações históricas dos vilarejos. Para Redenção da Serra, o passado revivido por meio das tradições da antiga comunidade recoloca

sentidos de lugar, de pertencimento, nas novas paragens. A continuidade histórica dos bens foi relevante para a memória, para a identidade e para a perpetuação das duas comunidades, que se mantém revalidando a memória deslocadas pelas águas da barragem.

As memórias desses antigos vilarejos mantem-se por meio das diferentes narrativas compartilhadas nesses espaços. Com ou sem história, portando ou não bens patrimoniais, históricos e culturais, a paisagem desses lugares, protagonizada pelas águas da barragem, se constitui na sobreposição dos passados, experimentados nas experiências vividas pelos moradores, substrato para acolhimento das memórias georeferenciadas, cuja narrativa e memória se constituem como espaços de resistência.

Javé é a expressão máxima de incontáveis povoados pelo Brasil e da tentativa de todos eles de resistirem àquilo que parece estar determinado. O país carece de políticas culturais mais abrangentes, menos autoritárias, capazes de ampliar o diálogo entre e com a população, tendo em conta o carácter dos processos simbólicos e materiais das comunidades tradicionais.

O estudo nos permitiu perceber como a memória é importante para a constituição e a consolidação da história dos espaços. Ao contrário do que aconteceu no filme supracitado, a consolidada memória e história dos pequenos municípios paulistas não impediu que todos eles fossem inundados. Os antigos moradores desses espaços carregam o espírito do lugar e reinventam, constantemente, as lembranças como representação da tradução de um mundo físico que não existe mais, mas que se constitui abrigo enquanto espectro da memória social; simulacro da comunidade que se autobiografa pelas histórias de um passado compartilhado.

## Referências

ACEVAP, Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Fundação COPPETEC. Rezende, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-RE-009-R1.pdf>. Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

BARROS, José d'Assunção. Cinema e história. **Ler história**, 52, 2007. Disponível em: <http://journals.openedition.org/lerhistoria/2547>. Acesso dia 04 de abril de 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

- BLOCH, Marc. **Apologia da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia de Letras, 1986.
- BRASIL, Decreto Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro. Disponível em> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm). Acesso em 12 de fevereiro de 2020.
- CAFFÉ, Eliana (Direção). **Narradores de Javé**. 102 min., sonoro/colorido, Brasil: Lumiere / Vídeos, 2003.
- CÂMARA MUNICIPAL DE REDENÇÃO DA SERRA. Disponível em: <<http://www.camaraderedencadaserpa.gov.br/pagina/historia-do-municipio>. Acesso em 30 de novembro de 2019.
- CARR, Edward Hallet. **Que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- CARSALADE, Flávio. Bem. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analúcia. (Orgs). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf). Acesso em 17 de fevereiro de 2020.
- COSTA, João Batista. **Redenção da Serra: uma cidade engolida pelas águas**. Monografia de Conclusão de Curso. São José dos Campos/SP: Universidade do Vale do Paraíba, 2008.
- DANTAS, Fabiana Santos. O Patrimônio Cultural protegido pelo Estado Brasileiro. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt; PREVE, Daniel Ribeiro; SOUZA, Ismael Francisco de (Orgs). **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**. Curitiba: Multideia, 2015.
- FARIA, J. E. **Folha da serra**. Paraibuna, ano 3, nº 42, ago 1983.
- FERRO, Marc. **Cinema e história**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.
- FERRO, M. Filme: uma contra análise da sociedade? In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.
- GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.
- HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al. **Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. **Revista dos Tribunais Ltda.** (2ª ed). Paris, França. 1950.
- ICOMOS. **Declaração de Québec: Sobre a preservação do *Spiritu Loci***. Québec, ICOMOS, 2008.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Patrimônio Cultural Imaterial. Brasília: Iphan, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/> > acesso em 12 de abril de 2020.

KÜHL, J. C. A.; CESP. A Comepa e o Alto Paraíba. **Fascículos da história da energia elétrica em São Paulo**. CESP, 1995.

LEOPOLDI, M. A. P. A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil republicano**. 2. ed. Rio de Janeiro, 2007.

HOBSBAWM, Eric. **O sentido do passado**: sobre história. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Reparar o Patrimônio ambiental urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. n. 36, p. 39-52, 2017.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.) **Espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p.256-287.

*PREFEITURA MUNICIPAL DE NATIVIDADE DA SERRA*. Disponível em: <http://www.natividadedaserra.sp.gov.br/index.php/a-cidade/historico>. Acesso em 20 de março de 2020.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM et al. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Editora Nobel, 1997.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.